

REQUERIMENTO Nº , DE 2017
(Do Sr. VALADARES FILHO e da Sra. ÉRIKA KOKAY)

Requer a realização de audiência pública para debater o fechamento de agências bancárias de bancos públicos.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, § 2º, da Constituição Federal e no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, seja realizada reunião de audiência pública para discutir o fechamento de agências bancárias de bancos públicos.

JUSTIFICAÇÃO

Em junho de 2017, o Valor Econômico anunciava que o Banco do Brasil (BB) foi quem mais fechou agências no primeiro trimestre deste ano: 563 e a rede passou a ter 4.877 unidades físicas. No início de 2017, a Caixa Econômica Federal anunciou o fechamento de 120 agências. E, seguindo o modelo praticado no BB e Caixa, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) anunciou o fechamento de 19 agências.

Todas as notícias na grande imprensa anunciam tais fechamentos como vantagens, pois, segundo o discurso da Federação Brasileira de Bancos, as agências físicas deixam de existir em favor do atendimento digital. Entretanto, se tal discurso busca justificar a atuação em metrópoles como São Paulo (SP) ou Rio de Janeiro (RJ), tal lógica economicista não se aplica ao Nordeste, Norte e Centro-Oeste, particularmente no que diz respeito às pequenas cidades.

A situação se agrava mais porque os bancos públicos funcionam como agências de desenvolvimento regional, uma política que tem base constitucional e que se concretiza nos arranjos administrativos. O Banco do Brasil, ao longo das décadas anteriores, foi-se interiorizando, levando a inclusão bancária às cidades nas distâncias mais remotas deste País. E não se pode compará-lo a uma instituição privada, pois ele – na condição de público – recebe o privilégio de movimentar vultosos recursos das

políticas sociais, incluindo empréstimos e financiamentos para a agricultura, seguro-safra.

Segundo a própria página de internet, o BB é a maior instituição financeira da América Latina em ativos, que totalizaram R\$ 1,51 trilhão em dezembro de 2015. Também é líder em crédito no SFN, com participação de 20,4%, com destaque para o crédito ao agronegócio, com 60,9% de participação de mercado. No mercado Governo, o Banco é responsável pela conta única da União e pelo repasse de recursos a outros entes da Federação. Então, não há termo de comparação dessa instituição com outras, de natureza privada.

Raciocínio semelhante se aplica à Caixa que, em seu relatório de 2015, informa que, os 155 anos de existência, a CAIXA se faz presente na vida de milhões de brasileiros, atuando na implantação de iniciativas do Governo Federal, em setores como infraestrutura, habitação, saneamento básico e benefícios sociais, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, incentivando inclusão social.

É a própria palavra oficial da Caixa, em seu relatório de gestão, que a instituição “trabalha para dar continuidade à sua atuação histórica, buscando elevar-se a novos patamares de desempenho, alinhada às políticas voltadas à redução das desigualdades sociais e regionais, à indução do investimento e do dinamismo da economia do País.”

Em 2015, a Caixa injetou R\$ 732,7 bilhões na economia brasileira por meio de contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, destinação social das loterias, dentre outros. Em crédito habitacional, financiou a produção e o consumo de moradias; e também forneceu recursos para o desenvolvimento das ações de saneamento e infraestrutura. E é tal vigor dessa instituição que, mesmo durante a crise que afeta o País, teve aumento de 11,9% no saldo da carteira de crédito que totalizou R\$ 679,5 bilhões em 2015.

Somente com o Programa Minha Casa Minha Vida, em 2015, foram contratados pela Caixa R\$ 39,7 bilhões, totalizando 347,0 mil unidades habitacionais, realizando o sonho da casa própria de muitas famílias brasileiras, ao tempo em que propiciou o aquecimento da economia por meio da construção civil.

Em relação à execução dos programas governamentais, no ano de 2015, foram pagos R\$ 27,5 bilhões em benefícios sociais e R\$ 208,8 bilhões em benefícios aos trabalhadores. O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou R\$

26,4 bilhões em benefícios no período, contribuindo para a redução da taxa de mortalidade infantil e da evasão escolar, devido às condicionalidades do Programa.

Quando se trata do BNB, nem é necessário trazer argumentos contrários ao fechamento de agências, pois sua destinação principal é a de fomentar o desenvolvimento regional do Nordeste, pelo privilégio que tem de movimentar o Fundo Constitucional do Nordeste; pela sua vocação natural de estar nas pequenas cidades do interior; pelo financiamento de pequenos projetos. Tudo isso demanda uma atuação presencial; e não digital.

Por toda essa situação de descompasso – entre a função pública de bancos públicos e a visão empresarial bancária privada – é que solicitamos a realização desta audiência pública. A ela serão convidados, oportunamente, dirigentes dessas instituições, representantes de trabalhadores e das organizações da sociedade civil, todos diretamente afetados pelas escolhas de manutenção de agências de bancos públicos.

Sala das Comissões, de agosto de 2017.

Deputado **VALADARES FILHO**

PSB—SE

Deputada **ÉRIKA KOKAY**

PT—DF